

Política agrícola: desenvolvimento e produção de vinhos no território do Douro em Portugal

Reinaldo Knorek¹²

Rui Pedro Julião¹³

Considerações Iniciais

Este capítulo inquirir os conceitos sobre a ciência do desenvolvimento territorial e regional, tendo como base as políticas públicas de desenvolvimento rural em Portugal. Destaca-se o estudo sobre o progresso da produção dos vinhos e o desenvolvimento territorial do Douro, especialmente, a partir das ações de políticas públicas centenárias desenvolvimentistas nesta área rural – demarcada – portuguesa. Para compreender a importância do desenvolvimento rural a partir de políticas públicas rurais, nomeadamente, foi realizada uma pesquisa, tendo como base entrevistas com produtores de vinho do território do Douro e visitas técnicas em torno da cidade de Régua, ao norte de Portugal. Alguns resultados e conclusões sobre o desenvolvimento rural português destacam-se aqui: o crescimento da produção, o crescimento da economia local, as certificações e premiações dos vinhos produzidos no território do Douro, colocam Portugal como um dos maiores produtores e exportadores dos melhores vinhos do mundo.

Palavras-chave: Vinhos. Políticas Públicas. Douro. Desenvolvimento Rural.

1. A Política Agrícola Comum (PAC) para Portugal rural

Para analisar o desenvolvimento agrícola de Portugal a partir do vinho, é importante discorrer sobre o território das vinícolas do

12 Pós-Doutor pela Universidade Nova de Lisboa, Doutor em Engenharia de Produção UFSC, Licenciado em Filosofia. E-mail: reinaldok1966@gmail.com; knk125@gmail.com

13 Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Geografia e Planeamento Territorial CICS.NOVA (NOVA FCSH). PORTUGAL. rpj@fcs.h.unl.pt

Douro. Constituída por 21 concelhos e com os distritos de Vila Real, Bragança, Viseu e Guarda, a região abrange um território de 250.000 ha, sendo que 40 mil ocupados por vinhas. A Região Demarcada do Douro – primeira região demarcada e reconhecida do mundo – foi criada no reinado de D. José I, por seu Primeiro-Ministro o Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, por Lei de 1756, a qual, após sofrer alterações ao longo dos tempos, foi confirmada em 1921.

Sobre os vinhos que apresentam marcas internacionais e rotulagens definidas a partir da participação de festas e concursos de vinhos com várias premiações: em busca de dados para descrever a política pública e a produção dos vinhos portugueses, foi realizada pesquisa na região do Douro, por meio de entrevistas e visitas técnicas.

Durante anos, os vinhos conhecidos como “Vinhos do Douro” foram tendo constituídas a sua identidade e qualidade conformadas às marcas, com muita pesquisa e muito trabalho efetivado pelos produtores do território do Douro, em Portugal. Assim, conseguiram certificações, premiações em nível regional, nacional e internacional, com seus vinhos de alta qualidade e gosto. As certificações constituídas em políticas públicas de desenvolvimento rural estão, sobretudo, divididas em categorias dos produtos como: Denominação de Origem (DO), Denominação de Origem Protegida (DOP), produtos com Denominação de Origem Controlada (DOC), além de produtos com a Indicação Geográfica Protegida (IGP). Para a região do Douro, todos os produtores têm a certificação DOC e DOP em seus vinhos. Certamente, a região é uma das principais e mais desenvolvidas áreas agrícolas de Portugal, e isto se deve ao desenvolvimento por meio de políticas públicas, constituídas para o desenvolvimento rural, em particular, voltadas para a defesa da produção dos melhores vinhos do mundo na região do Douro.

Para Knorek (2017, p. 94), certamente, quando um país é desenvolvido, o mesmo possui políticas públicas desenvolvimentistas, e, ainda mais, nelas se incluem as políticas públicas específicas como, por exemplo, as de apoio ao setor agrícola.

Destaca-se, aqui, especialmente, o caso da União Europeia (U.E.), que foi desenvolvida de forma emergencial, como uma política agrícola comum a todos os Estados membros da U.E. Isto data dos primeiros dias da formação da comunidade econômica, prevista no Tratado de Roma de 1957, que entrou em vigor no ano de 1962.

Logo no primeiro momento, a Política Agrícola Comum (PAC), segundo QUERCUS (2017), formula seus objetivos principais: a) Aumentar a produção agrícola através da promoção da industrialização das tecnologias agrícolas; b) Garantir um rendimento adequado para os agricultores; c) Estabilizar os mercados agrícolas; d) Assegurar a disponibilidade de produtos agrícolas para os consumidores a preços acessíveis.

Muitos autores, como Tokar (1987), consideram que a proposição do estabelecido na PAC tem como principal objetivo reduzir as despesas dos consumidores com os produtos alimentares, de modo que estes alcancem maior poder de compra de outros bens de consumo, acelerando o crescimento econômico.

Para alcançar os seus objetivos, a Comunidade Europeia (CE) edificou um mercado agrícola europeu, protegido da produção exterior através de barreiras tarifárias. Assim, os produtos que fossem produzidos mais baratos, fora da Europa, perdiam a sua vantagem competitiva no mercado europeu, por estarem sujeitos ao pagamento de taxas para entrar no espaço econômico da União Europeia.

Foi também estabelecido um fundo de financiamento agrícola para estabilização dos preços do mercado, de modo a garantir rendimento razoável aos agricultores. Um mecanismo importante deste fundo de financiamento foram os preços de intervenção: quando a oferta de um produto agrícola aumentou de tal forma que os seus preços baixassem a um nível inferior ao pré-estabelecido, o fundo de financiamento agrícola comprava a sobreprodução, de modo a evitar a descida excessiva de preços sobre o agricultor. Desta forma a oferta e a procura foram decopladas, pois o agricultor poderia sempre vender toda a produção, independentemente da procura no mercado.

Referenciando o desenvolvimento agrícola de Portugal, Ribeiro (1989, p. 46, v. IV) diz que as transformações da agricultura nos nossos dias devem-se: 1) ao alargamento da área regada por obras do Estado e, e em bem pequena escala, de particulares; o arroz foi a cultura que mais se beneficiou, aumentando 30 vezes, em 40 anos, a média de sua produção; 2) à preponderância do trigo sobre outros cereais, devido ao seu preço imposto e compra e semente asseguradas por um organismo oficial; 3) à generalização do emprego de adubos químicos; 4) à mecanização, principalmente no Sul (algumas lavouras alentejanas e ribatejanas completamente equipadas com máquinas agrícolas); 5) ao aparecimento de plantas melhoradas (trigos precoces, que escapam à irregularidades de abril e à seca; 6) à supressão dos pousios (alternância de cereal com leguminosas). Ribeiro ainda diz que os obstáculos a uma modernização da vida rural portuguesa são de ordem natural e social: 1) clima oscilante, com o mês *crítico* (abril) de máxima variação em todo ano; 2) solos muito podres (areais, cascalheiras, declives); 3) falta de capitais (exceto a lavoura de tipo alentejano) e insuficiência do crédito agrícola; 4) falta de associações e cooperativas; 5) baixo nível técnico; 6) miséria rural no Norte, onde vive do campo uma população que não pode manter, e falta de outros horizontes de trabalho na maior parte do mundo rural (donde a emigração e a atração urbana; 7) intervenção inconsiderada do Estado (rearborização de baldios pastoris e de culturas episódicas, com empobrecimento das populações, colonização agrícola em terras muito pobres e saturadas; 8) reação oficial contra as formas de propriedade incompleta (enfiteuse), pelas quais se ocupam e valorizaram muitas terras abandonadas do Sul (foros). A agricultura portuguesa mantém assim, ainda em grande parte, uma estrutura antiquada, «histórica», há muito ultrapassada nos países da Europa média. A história rural portuguesa é um domínio afluído por agrônomos, geógrafos, etnógrafos, historiadores, mas apenas ilustrado pelas amplas, profundas e minuciosas investigações sobre o desenvolvimento rural de Portugal.

2. A produção de vinhos no território do Douro em Portugal

Ao abrir a garrafa de vinho Cancellus, da Adega Cooperativa de Vila Real, deparei-me com o rótulo que declarava em destaque no slogan: *“Este vinho reflete a paixão com que cuidamos as nossas vinhas. Brinde os bons momentos da vida com bons vinhos e na melhor companhia, como fazemos em Vila Real, e que gostaríamos de partilhar consigo”*. Esta frase demonstra como a atividade vinícola foi construída por séculos, alicerçando a principal orientação de uma política pública arquitetada por Marques de Pombal, contornada, sobretudo, com o empreendedorismo e o desenvolvimento regional e territorial de Portugal. Sabe-se que, já no século XVII, o Porto exportava os vinhos provenientes do Douro, provavelmente fortificados com aguardente, antes do embarque, para aguentarem as longas viagens. A primeira exportação documentada de vinhos para a Inglaterra data de 1651 e é efetuada por um comerciante inglês de nome Richard Perez, que envia para aquele país 56 pipas por ele adquiridas «assim do douro». E, no ano imediato, mais três comerciantes efetuam novas exportações. Em 1678, a Alfândega do Porto refere a exportação de vinho para a Inglaterra com a designação de «Porto». Porém, cada vez mais, os estudos empreendidos mostram que, já há vários séculos, saíam da cidade do Porto vinhos para o estrangeiro. O vinho do Porto afirmava-se, doravante, como um dos principais produtos da economia regional e nacional, embora refletindo períodos alternados de crescimento e de retração (PEIXOTO, 2011, p. 32).

Para escrever sobre o desenvolvimento agrícola de Portugal a partir do vinho, é importante falar da região vinícola do Douro, que é constituída por 21 concelhos dos distritos de Vila Real, Bragança, Viseu e Guarda. Essa região abrange um território de 250.000 ha, com 40 mil ocupados por vinhas. Essa região começa 80 km acima da foz do rio que lhe dá o nome e prolonga-se para leste, até a fronteira espanhola, acompanhando o curso deste e de alguns de seus afluentes. A Região Demarcada do Douro (a Primeira Região Demarcada e Reconhecida do Mundo) foi criada no reinado de D. José I por seu Primeiro-Ministro e futuro Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, por

Lei de 1756, a qual, após sofrer alterações ao longo dos tempos, foi confirmada em 1921. Esta belíssima região, também conhecida como «País Vinhateiro», estende-se ao longo do vale do Rio Douro e dos seus inúmeros afluentes, desde Barqueiros (Mesão Frio), até Barca d'Alva, numa área aproximada de 250.000 ha, abrangendo concelhos dos distritos de Vila Real, Viseu, Bragança e Guarda. A região divide-se em 3 "zonas": O Baixo-Corgo – com aproximadamente 51% da área ocupada por vinha – é toda a margem direita do Rio Douro, desde Barqueiros ao Rio Corgo (Régua). Na margem esquerda, desde a freguesia de Barrô até o Rio Temi-Lobos, nas proximidades da Vila de Armamar; o Cima-Corgo – com aproximadamente 36%, apoia-se na anterior e vai até ao meridiano que passa no Cachão da Valeira; O Douro-Superior – com aproximadamente 13%, apoia-se na anterior e vai até à fronteira espanhola. Segundo a Enciclopédia Verbo Luso-brasileira de Cultura (1999, p. 900), nessas três sub-regiões do Douro – Baixo Corgo, cujo centro é a cidade de Régua; Cima Corgo, cujo centro é Pinhão; e, o Douro Superior – são produzidos vinhos tintos e brancos de excelente qualidade, apreciados no mundo todo, conhecidos como Vinho do Porto - muito famoso. Esse gênero de vinho, com uma história plena de tradição, resistiu a pragas do *oídio* e da *phylloxera*, tendo o registro de sua exportação datada em 1679. O Marques de Pombal reconheceu a sua importância e cria, em 1756, a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.

O Rio Douro, da Península Ibérica, terceiro em comprimento (927 km), nasce na Serra de Urbion (Montes Ibéricos) e recebe grande parte das águas que vão constituir seu caudal de dois afluentes vindos dos Montes Cantábricos, o Pisuerga e o Esla. Em território Português, o Douro recebe na margem direita: Sabor, Tua, Corgo, Tâmega e Sousa; na margem esquerda recebe o Águeda, Côa, Távora e Arda. A bacia hidrográfica do Douro tem uma área de 97.300 km², dos quais 18.500 km² em território Português. O Rio Douro (2017) é o 2º maior rio da península Ibérica. Nasce no Norte de Espanha, a 2.080 metros de altitude na província de Sória, nos picos da Serra de Urbión (Sierra de Urbión) e percorre 850 km até a sua Foz em Portugal, junto às cidades do Porto e de Vila Nova de Gaia. Em Espanha, passa junto às cidades

Sória, Aranda de Duero, Valladolid, Tordesilhas e Zamora. No Douro Internacional, onde o rio delimita a fronteira entre Portugal e Espanha, percorre 112 quilômetros, passando junto à cidade de Miranda do Douro. Entra em Portugal em Barca D'Alva, e percorre 213 até à sua Foz. Passa junto às localidades de Vila Nova de Foz Côa, Peso da Régua, desaguando junto ao Porto e Vila Nova de Gaia. O Douro, mais do que um rio, foi uma artéria central da vida da região desde tempos remotos, sendo um canal de transporte essencial no transporte do vinho do Douro e de pessoas. É destinado à produção de vinhos de grande qualidade que utilizam a denominação de origem controlada "Douro" ou "Vinho do Douro".

Na foto 1, uma visão do Rio Douro, no território de Peso da Régua até o Pinhão, em Portugal.

Foto 1 – Vale do Rio Douro, município de Régua, Norte de Portugal



Fonte: Acervo Reinaldo Knorek (2016).

O Douro converte-se, assim, no mais antigo Território Demarcado do Mundo. Contudo, os vinhos do Douro não são apenas os vinhos

generosos denominados Vinhos do Porto (*Tawny, Ruby, Vintage, Late Bottled Vintage – LBV*): apresentam também uma extensa variedade de vinhos de mesa, de espumantes e de moscatel.

3. Apresentação descritiva do território demarcado do Douro

Para compreender a importância do desenvolvimento como sucedeu no território do Douro a partir do cultivo das vinhas e a produção dos vinhos, foram realizadas visitas técnicas e entrevistas para coletar dados para a pesquisa com 32 produtores em Adegas, Cooperativas e Quintas na região do Douro, entre os municípios de Peso da Régua e Pinhão.

O método usado para a pesquisa foi a entrevista, seguindo roteiro de um questionário pré-definido, dividido em nove blocos, com questões sobre o sistema de produção e comercialização dos vinhos do Douro. Também foram feitas visitas técnicas com trinta e dois produtores e/ou responsáveis, como os gerentes de quintas (que é uma propriedade rural). Também, em Adegas (Adega é o lugar onde o vinho é armazenado em garrafas, barris ou em barricas) e uma cooperativa vinícola.

Para a coleta de dados, como dito, foi utilizado um questionário semiestruturado como base para realizar entrevistas com responsáveis pela produção de uvas e vinhos. No quadro 1, a relação das quintas e adegas que fizeram parte da pesquisa e da visita técnica.

Quadro 1 – Quinta e Adegas pesquisadas na Região do Douro

Locais Entrevistados	
Quinta Tedo	Quinta Sandeman
Quinta da Mata	Quinta Casa Amarela
Quinta das Peichotas	Quinta Ramos Pinto
Quinta Santa Eufémia	Quinta São Domingos
Quinta Chinchorra	Quinta Vallado
Quinta Revolta	Quinta Pascal

Quinta Marrocos	Quinta Salgual
Quinta Velhas Adegas	Quinta Santa Julia
Quinta São Luiz	Quinta La Rosa
Quinta do Pôpa	Quinta Pitaneia
Quinta dos Pinho	Quinta Santo António
Quinta do Dego	Quinta Sola
Quinta do Formiga	Quinta da Roêda
Quinta Pacheca	Quinta da Foz Temilobas
Quinta do Espinho	Adega Dasol
Quinta do Torêlho	Adega Castelinho

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

O questionário organizado em nove blocos ficou assim definido: no primeiro bloco, questões e dados sobre os entrevistados; no segundo bloco, perguntas sobre a produção e a safra de uva e vinho; no terceiro bloco, as questões sobre a comercialização; no quarto bloco, sobre a mão de obra nas quintas, cooperativas e adegas; no quinto bloco, questões ligadas a certificações dos vinhos; no sexto bloco, perguntas sobre a sucessão da propriedade; no sétimo bloco, questões sobre cooperativismo e associativismo; no oitavo bloco, questões sobre as políticas públicas; e, por fim, no nono bloco, as questões referentes aos financiamentos para a produção e investimentos em equipamentos nas vinhas e lagares.

No que tange ao primeiro bloco, destaca-se que a maioria dos entrevistados está no *status* de gerência das quintas ou das adegas. Profissionais, conforme os dados revelam, nesta proporção: engenheiros agrícolas 55%, enólogos 30%, turismólogos 5%, gestão cultural 5%, e, por fim, 5% são os chamados caseiros (pessoas que cuidam da propriedade). Na gerência e no comando da propriedade, estão pessoas com formação superior, que contribuem para o desenvolvimento e crescimento da atividade vinícola. Quanto à idade, 70% estão entre 30 a 50 anos; os demais, acima de 50 anos. Destaca-se ainda, que 90% são pessoas do sexo masculino e 10% feminino.

No segundo bloco, as questões foram relacionadas à produção e às safras, em que 90% destinam sua produção para o vinho, feito na própria quinta, e 10% vendem a produção em adegas da região. No

que tange ao tamanho da propriedade, em média as quintas possuem entre 7 a 50 hectares de vinhas. Sobressaem dois entrevistados, com as propriedades entre 100 e 300 hectares. Quanto à produção em litros de vinho, segundo os entrevistados, varia entre 25 mil litros até 70 mil litros de vinho-ano por quinta. Já as adegas chegam à produção de 850 mil a 2,3 milhões de litros de vinho por ano.

No quadro 2, a evolução da produção apta de vinhos com Denominação de Origem Protegida (DOP) por região vitivinícola em volumes (hl) de 2012 a previsões para 2016 em Portugal. Para entender a importância da produção de vinhos no território do Vale Protegido do Douro, revela-se para safra 2016, em destaque frisado no quadro nº2 que, um montante de 39% da produção de Portugal é procedente do território do Douro.

Quadro 2 – Produção apta a Vinhos com Denominação de Origem Protegida (DOP)

Região Vitivinícola	2012/13	%	2013/14	%	2014/15	%	2015/16 (*) estimados	%
Minho	618 242	22	743 626	24	659 960	22	837 818	23%
T. Montes	13 307	0,5	12 070	0,4	11 252	0,4	14 755	0,4%
Douro	1 100 360	39	1 215 249	40	1 226 686	41	1 406 616	39%
Beiras	365 732	13	331 268	11	305 212	10	419 623	11%
Beira Atlântico	73 460	3	71 787	2	69 844	2	101 210	3%
Terras do Dão	227 007	8	195 362	6	169 807	6	250 179	7%
Terras da Beira	44 539	2	42 853	1	44 732	1	45 355	1%
Terras de Cister	20 726	1	21 266	1	20 830	1	22 879	1%
Tejo	63 864	2	55 136	2	53 444	2	70 370	2%
Lisboa	58 334	2	47 388	2	35 768	1	58 394	2%
P. Setúbal	136 108	5	124 146	4	125 082	4	191 780	5%
Alentejo	399 297	14	470 086	15	554 892	18	608 493	17%
Algarve	3 240	0,1	1 668	0,1	1 903	0,1	1 268	0,0%
Subtotal continente	2 758 484	98	3 000 636	99	2 974 199	WW99	3 609 117	99%

Fonte: O Instituto da Vinha e do Vinho, I.P. (2016).

Destaca-se na tabela a produção do Douro com 39%; a região do

Minho, com 23%; Beira, com 11%, e as demais regiões, entre 0,4% a 3%, chegando a 99%, uma vez que é considerado o continente. O outro 1% refere-se às ilhas pertencentes a Portugal.

No terceiro bloco sobre a comercialização, destaca-se que as vendas se concentram a partir do local, indo para o regional, nacional e internacional. Produtores da quinta Santa Eufémia, em Peso da Régua, por exemplo, no dia da entrevista, em setembro de 2016, estavam engarrafando e acondicionando em embalagens cerca de 4 mil garrafas para serem comercializadas nos E.U.A. Para o Brasil, mais de 2 mil garrafas. As quintas e as adegas possuem marcas próprias de seus vinhos, entre duas a cinco marcas: alguns levam o nome da própria quinta. Logo, a receita bruta é composta do turismo e da produção dos vinhos na atividade vinícola que supre as necessidades de manutenção e lucros das propriedades. A Comercialização dos vinhos do Douro, acontece também na Caves, na cidade do Porto. Segundo a AEVP (2017) – Associação das Empresas de Vinho do Porto, trata-se de uma instituição privada sem fins lucrativos, constituída em janeiro de 1975, com sede em Vila Nova de Gaia. Junto das Caves de Vinho do Porto, a AEVP desenvolve um papel coordenador, com vista à prestação de um serviço de excelência a todos os que procuram conhecer a história e genuidade de um produto conhecido mundialmente – o Vinho do Porto. A certificação das Caves pela AEVP garante a credibilidade da informação dada ao visitante, reconhecendo códigos de conduta profissional e responsabilidade social.

As Caves de Vinho do Porto são um *ex-libris*¹⁴ português e documentam uma história invulgar de temperança e arrojo. Abertas para visitas o ano todo, conhecê-las é, certamente, aprofundar os conhecimentos sobre o Vinho do Porto e sobre a região demarcada do Douro.

Em visita técnica à cidade do Porto, na busca de dados, destacam-se algumas Caves. Uma delas é a **Caves da Augustos Vinhos, Ltda.**, inscrita no Instituto dos Vinhos do Douro e Porto como Armazenista/Exportadora, proprietária da marca Porto Augusto's. Trata-se de uma empresa Familiar e Portuguesa, em parceria com duas pequenas

¹⁴ Ex libris ou ex-libris é o nome dado para o rótulo que é colado no livro, indicando a sua propriedade. Etimologicamente, esta expressão se originou a partir do latim *ex libris meis*, que significa "dos livros de".

produções igualmente familiares e de origem Portuguesa da Região Demarcada do Douro (Quinta do Estanho – Família Cardoso / Quinta da Devesa – Família Fortunato), localizadas em Cheires, concelho de Alijó, e Canelas, concelho da Régua, respetivamente, de onde são provenientes os seus vinhos. Anualmente, a perspectiva da marca será não ultrapassar as 25 a 30 mil garrafas comercializadas de vinhos.

Foto 2 – Cave dos vinhos da Quinta do Estanho e Devesa – Cidade do Porto



Fonte: Acervo Reinaldo Knorek (2017).

Dentre tantas Caves que fazem parte dos livros, destaca-se a Ferreira, criada em 1751 por uma família de vicultores do Douro. A Ferreira possui uma tradição riquíssima e um papel proeminente na história do Vinho do Porto. Sua fundadora, Dona Antónia Adelaide Ferreira, contribuiu significativamente para a consolidação da marca. Uma mulher lendária, com uma personalidade única, que se tornou um mito e um símbolo de força, enfrentando as adversidades do Douro no século XIX. A «Ferreirinha», como carinhosamente lhe chamavam, conseguiu dar um grande impulso à vinicultura no Douro, plantando vinhas, construindo adegas e criando quintas, que, ainda na atualidade, são famosas: uma empreendedora que fortaleceu e aumentou os negócios graças ao seu carisma e espírito empreendedor, ainda hoje uma referência e memória de bem-fazer em Portugal, com a marca de mais de 250 anos, símbolo da mais alta qualidade e da alma e coração português.

No quarto bloco, foram questionados sobre a mão de obra na quinta. A grande maioria trabalha durante o ano, com 4 a 7 pessoas e, no período da vindima, aumenta o número de trabalhadores para 15 a 20 pessoas. Os dados coletados na entrevista mostram que 70% são homens contratados e 30% são mulheres, no momento da vindima. Já nas adegas, chega-se a contratar no período da vindima uma média de 100 pessoas a mais neste período. Quanto ao valor pago para se trabalhar na vindima, destaca-se que, na maior parte, paga-se para homens entre €40 a €50 euros por dia de trabalho e, para as mulheres, paga-se entre €35 a €40 euros a diária de trabalho na vindima. Observa-se que a diferença existe entre o pagamento para homens e mulheres. As vindimas¹⁵ consistem na colheita dos cachos de uvas, destinados à produção de vinho, quando estas atingem o grau indicado de amadurecimento. Os cachos são, então, enviados para os lagares, onde começa a produção de diversos tipos de vinhos. Para obter uma boa qualidade de vinho, é necessário escolher a data exata em que se devem iniciar as vindimas. Destaca-se, também, que o contrato é feito na maior parte por empreiteiros (empresas que contratam as pessoas para trabalhar na vindima), os quais determinam o valor a ser pago para o trabalho na vindima.

Um conceito de «*vindima*»: quando usado no singular, este termo significa as próprias uvas; quando se utiliza no plural, já significa a colheita dos cachos da uva efetuada quando alcançaram o seu grau ótimo de amadurecimento. Também se usa este termo, quando se fala do conjunto dos cachos ao chegarem ao lagar depois de colhidos. Na região do Douro, a vindima é feita durante o mês de setembro, podendo se estender até outubro.

RIBEIRO (1989, p. 51, volume IV). Se a vindima é feita a mão, o carroto das uvas para as adegas, exceto nas vinhas em socalcos, faz-se em atrelados a tratores, e quase toda a vinificação está mecanizada.

Acabaram os bons vinhos de certas vinhas ou de certa pipa, mas as adegas cooperativas, com seus enormes boiões de cimento ao lado

¹⁵ Vindimas, in Artigos de apoio Infopédia. Porto: Porto Editora, 2003-2017. Disponível em: <[https://www.infopedia.pt/\\$vindimas](https://www.infopedia.pt/$vindimas)>. Acesso em: 7 jan. 2017.

das povoações, fixaram tipos de vinho que se vendem em condições vantajosas para os produtores de uvas. Todavia, muitas vezes são famílias completas que se deslocam para as vindimas, numa tradição que atravessa gerações: as mulheres, auxiliadas pelas crianças, cortam os cachos, colocados em cestas de vime. Cabe então aos homens transportar estes cestos para os lagares. Antigamente, eram grupos de homens que pisavam as uvas, sistema que gradualmente foi sendo substituído por métodos mecânicos, destacou o autor sobre a vindima. Na foto 3, no município de Peso da Régua, o momento da vindima na Quinta do Formiga.

Foto 3 – Dia da vindima na Quinta do Formiga, no município de Régua, Portugal



Fonte: Acervo Reinaldo Knorek (2016).

As vindimas – ontem, sobretudo – são um verdadeiro marco da etnografia portuguesa. Em tempos passados, o trabalho da colheita das uvas era visto, sobretudo, como uma autêntica celebração. Familiares e amigos reuniam-se no dia designado para as vindimas – cada um combinando datas diferentes, para que o grupo pudesse ajudar nas vindimas uns dos outros – e o trabalho começava bem cedo, com os homens carregando escadas de madeira às costas para chegar a todos os cachos, e as mulheres com os cestos de vime onde seriam

transportadas as uvas, na cabeça. As crianças e os idosos acompanhavam de perto cada minuto das vindimas, ajudando sempre que podiam. Ao anoitecer, as vindimas e as celebrações continuavam nos lagares onde os homens, de calções ou calças arregaçadas, formavam uma roda, davam os braços e, ao ritmo da música, pisavam as uvas colhidas de manhã.

As vindimas de hoje, certamente, embora sem os contornos de festa de tempos passados, continuam a aliar um forte componente de convívio ao seu trabalho incontornável. Continua-se a reunir família e amigos em torno deste ritual anual, onde, numa manhã de fim de semana, com tesouras na mão e cestos ou caixas aos seus pés, se recolhem cuidadosamente os cachos de uvas. Atualmente procura-se manter esta tradição – nem que em alguns locais se tenha de proceder ao recrutamento de mão-de-obra sazonal – porque as vindimas são essenciais para assegurar a produção do já mundialmente famoso vinho português.

No quinto bloco, as questões se referem às certificações e premiações dos vinhos produzidos na região do Douro. Também às marcas e rotulagens, participação de festas e concursos de vinhos. Os dados das entrevistas mostraram que todos têm certificações e foram de alguma forma premiados com seus vinhos, no âmbito regional, nacional e internacional.

Certificações

Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto (IVDP). Organismo oficial que regulamenta e controla a produção e comercialização dos Vinhos do Douro e do Porto.

Instituto da Vinha e do Vinho (IVV). Organismo oficial que coordena e controla a organização institucional do setor vitivinícola, acompanha a política comunitária e prepara as regras para a sua aplicação, audita o sistema de certificação de qualidade, participa na coordenação e supervisão da promoção dos produtos vitivinícolas e é a instância de contato junto da União Europeia (EU); assegura o funcionamento e

preside, através do seu Presidente, à Comissão Nacional da Organização Internacional do Vinho (OIV) estão em categorias sobre produtos com:

Denominação de origem (D.O): esta designação é aplicável a produtos cuja originalidade e individualidade estão ligadas de forma indissociável a uma determinada região, local, ou denominação tradicional que serve para identificar o produto vitivinícola. São consideradas a origem e produção nessa região ou local determinado e a qualidade ou características específicas, devidas ao meio geográfico, fatores naturais e humanos.

Denominação de Origem Protegida (DOP): Designação comunitária adaptada para identificar os vinhos com Denominação de Origem, aos quais é conferida proteção nos termos estabelecidos na regulamentação e que integram um registo comunitário único.

Denominação de Origem Controlada (DOC): Menção tradicional específica que pode ser utilizada em Portugal, na rotulagem dos produtos com denominação de origem. A referência a esta menção dispensa a utilização de Denominação de origem protegida (DOP). Além de produtos com a Indicação Geográfica Protegida (IGP), na região do Douro todos têm a certificação DOC e DOP em sua produção de vinhos.

Com relação ao sexto bloco sobre a sucessão da propriedade no território do Douro, pouco se pôde verificar com os entrevistados, pois os proprietários geralmente são pessoas de vários países, mas, conforme os administradores, todos têm filhos e os mesmos têm interesse em continuar o negócio da família. A sucessão das quintas está assegurada devido ao rendimento que é proporcionado aos donos. Com relação à indagação se os mesmos estão associados a alguma cooperativa ou associação, fomentado nas questões do sétimo bloco, todos pertencem de alguma forma a uma organização, e recebem informações ou assistência técnica das mesmas.

Quanto aos dados obtidos no oitavo bloco, sobre as políticas públicas e o entendimento dos mesmos sobre a ação de governo em ajudar o desenvolvimento da região, todos entendem que existem

políticas de defesa e de ajuda para garantir o desenvolvimento do território e as defesas da atividade vinícola de Portugal, mas é necessário melhorar as políticas de produção e comercialização dos vinhos da região.

Por fim, sobre as questões referentes às políticas públicas e financiamentos no nono bloco, todos os entrevistados confirmaram que conhecem alguma política e que usam financiamentos para movimentar as safras e também na compra de equipamentos para continuarem as atividades vinícolas nas adegas e quintas.

Assim, o estudo do território demarcado do Douro, na tentativa de compreender o desenvolvimento territorial a partir do vinho, leva-nos a dizer que a genialidade em demarcar e proteger a produção garantiu, sobretudo, a sustentabilidade da vinicultura e da cultura construída ao longo desses séculos como uma das mais conhecidas e admiradas qualidades de vinhos consumidos no mundo.

Considerações Finais

Destaca-se que estudar a política pública agrícola sobre a produção de vinhos no território demarcado do Douro em Portugal, é, sobretudo, demonstrar que o grande sucesso que hoje representa a produção de vinhos, ocorreu, nomeadamente, graças à demarcação do território pelo Marques de Pombal e também ao esforço de empreendedores como Dona Ferreirinha, que muito batalhou para salvar as plantações de uvas.

Na busca de inovações tecnológicas associadas às políticas públicas firmadas com a União Europeia, fez e faz-se, desse território do Douro, a maior produtora de vinhos nobres do planeta.

Certamente, quando uma política pública, tanto no âmbito de Governo e de Estado, a qualquer momento, pode produzir crises políticas, suspende-se, coloca-se em stand by, ou seja, como no mundo corporativo – ganha o mesmo sentido e significado –, ou seja, deixar

ou estar em espera, de prontidão, referindo-se a algum projeto que esteja à espera de aval para ser desenvolvido por um novo governo.

Um projeto como o demarcado no Território do Douro não ficou e nem esperou por governo daquele momento e nem da atualidade ou por outro que venha a desenvolver políticas de desenvolvimento territorial: fortaleceu-se por acreditar que era possível firmar políticas públicas desenvolvimentistas. Logo, esses territórios rurais, destacados como o do Douro, onde se envolveram, por muitos anos e ainda continuam, sobretudo, discussões territoriais de forma intensa, voltadas a promover o desenvolvimento do país, de forma contínua e sustentável, dificilmente estarão em stand by, mas, certamente, levaram ao que hoje é conhecido como um território de sucesso na produção dos melhores vinhos do mundo.

Por fim, concluiu-se em análises que, ao colocar em questão esse sentimento generalizado de que a política territorial não logra êxito, se for política pública de Estado, típica de uma fase de inflexão, isto exige balanço minucioso dos seus pontos frágeis, de modo a torná-la uma política voltada ao desenvolvimento do território.

Logo, identificar e diagnosticar situações de pobreza no território e utilizar instrumentos de gestão, como as políticas públicas, para promover o trabalho dos produtores de vinhos, contribui, certamente, para melhores resultados. Foram as ações territoriais que levaram à consolidação da territorialização, voltadas ao combate à pobreza e ao desenvolvimento sustentável.

Referências bibliográficas

AEVP - Disponível em: <<http://www.cavesvinhodoporto.com/home.html>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

ENCICLOPÉDIA VERBO LUSO-BRASILEIRA DE CULTURA. Lisboa: Editora Verbo, 1999.

KNOREK, Reinaldo. Territórios: políticas de desenvolvimento no Brasil e Portugal. Curitiba: CRV, 2017.

PEIXOTO, FERNANDO ANÍBAL COSTA. Do corporativismo ao modelo interprofissional. O instituto do Vinho do Porto e a evolução do sector do Vinho do Porto (1933-1995). Porto: Edições Afrontamento, Ltda., 2011.

QUERCUS: Disponível em: <<http://pelanatureza.pt/agricultura/econinfo/politica-agricola-comum#sthash.EQqu1shQ.dpuf>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

RIBEIRO, ORLANDO. Opúsculos geográficos. Volume III e IV. Lisboa, Fundação Galouste Gulbenkian. 1989, a.

RIO DOURO. Disponível em <<http://www.roteirododouro.com/rio-douro>>. Acesso em: 7 jan. 2017.

RIBEIRO, Orlando. Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. 8. ed. Lisboa: Livraria Letra livre, 2011.

SEBRAE. Territórios da cidadania: riquezas de um novo Brasil, 2014. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/90860905e4c63a1dff070b05b-396f0d1/\\$File/5182.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/90860905e4c63a1dff070b05b-396f0d1/$File/5182.pdf)>. Acesso em: 18 jun. 2018.

SEBRAE/MG (2008). Políticas públicas conceitos e práticas. Disponível em: <<Http://Www.Mp.Ce.Gov.Br/Nespeciais/Promulher/Manuais/Manual%20de%20politicass%20p%C3%9Ablicas.Pdf>>. Acesso em: abr. 2018.